

## DINÂMICAS DE COMERCIALIZAÇÃO ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL NO VALE DO RIBEIRA – PARANÁ

Cristiane Coradin<sup>1</sup>  
Valdir Frigo Denardin<sup>2</sup>

### RESUMO

O Vale do Ribeira se apresenta historicamente como um imaginário de um território que ficou alheio aos principais ciclos de acumulação de capital do Estado do Paraná. No entanto, transformações socioprodutivas estão em curso, mobilizando processos de transição agroecológica e de desenvolvimento territorial sustentável. O presente estudo tem como objetivo contribuir com a qualificação de interpretações possíveis para entendimento dos processos de desenvolvimento do Vale do Ribeira, com ênfase nas dinâmicas de comercialização ecológica, fenômenos significativos observados a partir dos anos 1990.

**Palavras-chaves:** agroecologia; comercialização ecológica; desenvolvimento territorial sustentável.

### DYNAMICS OF ECOLOGICAL MARKETING AND SUSTAINABLE TERRITORIAL DEVELOPMENT IN THE VALE DO RIBEIRA – PARANÁ

### ABSTRACT

The Vale do Ribeira has historically of an imaginary presented itself as a territory that was oblivious to the main cycles of capital accumulation in the State of Paraná. However, socio-productive transformations are underway, triggering processes of agroecological transition and sustainable territorial development. The objective of this article is to understand the relationship between the commercialization dynamics and agroecological transition and sustainable territorial development of the Vale do Ribeira, Paraná.

**Keywords:** agroecology; ecological marketing; sustainable territorial development.

---

<sup>1</sup> Graduada em Agronomia (UFPR). Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). E-mail: cristianemottimcoradin@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Econômicas (UFSM); Mestrado em Economia Rural (UFRGS); Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ) Pós-Doutorado Université de Nanterre, França. Professor titular da UFPR. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS/UFPR). E-mail: valdirindenardin@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas de comercialização têm sido apontadas em diversos estudos rurais contemporâneos como um dos principais limitantes da construção de processos de transição agroecológica e de ecologização de agricultores familiares. Em anos recentes, vários estudos têm sido realizados na busca pela compreensão de processos de comercialização ecológica e de como eles têm impactado diferentes dimensões da sustentabilidade e do desenvolvimento rural.

A pesquisa foi elaborada com o intuito de compreender as relações entre dinâmicas de comercialização ecológica, transição agroecológica e desenvolvimento territorial sustentável no Vale do Ribeira Paraná.

Com base em pesquisa de campo e bibliográfica, procurou-se retratar as condições sobre o território do Vale do Ribeira no Paraná, a fim de responder ao objeto de pesquisa e levar estas contribuições para o campo científico.

O Vale é a região de mais antiga colonização paranaense. Estudos de Carril (1995), Fernandes et al. (2007) e Sahr et al. (2011) indicam que as raízes históricas da formação social e étnica do campesinato negro e caboclo<sup>3</sup> do Vale do Ribeira Paraná remontam ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, a partir da exploração escravista e decadência da mineração do ouro de aluvião, estabelecido no Rio Ribeira de Iguape, abrangendo os estados de São Paulo e Paraná.

Além disso, a povoação deste território também se deveu em menor medida pela constituição de colônias de povoamento de imigrantes alemães e italianos, a partir das primeiras décadas de 1900<sup>4</sup>.

De acordo com estudos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2008) e também de Valter Bianchini (2010), o predomínio de relevo acidentado, montanhoso, limitou a adoção de agricultura mecanizada intensiva, condicionando esse território à adaptação e manejo mínimo do solo, mantendo um tipo de agricultura e de campesinato específico e historicamente construído.

Esse tipo de agricultura foi estudado por Lourival Fidelis (2011) e é entendido como uma “Agricultura Tradicional Camponesa”, praticada por caboclos e remanescentes de quilombos do Vale, composta por sistemas de produção baseados na roçada, amontoa e queimada da mata primária e secundária em regeneração, ou da derrubada e queima da mata fechada, local em que os agricultores instalam roças de milho, mandioca, feijão, arroz, abóbora, e outras culturas, abandonando a região assim que a produtividade declina, retornando a esta área anos após, quando da melhoria das condições do solo.

De acordo com as entrevistas de campo, observou-se que esses sistemas de produção sofreram forte impacto entre os anos 1960-1990, com processos de concentração fundiária territorial, pela aquisição de terras por empresas produtoras pinus, o que gerou a redução da capacidade produtiva e regenerativa dos agroecossistemas locais, alterações nas relações de mercados e êxodo rural.

Apesar de ter se mantido à margem dos principais ciclos econômicos do Estado do Paraná (BIANCHINI, 2010), a partir dos anos 1970, a dinâmica produtiva

<sup>3</sup> O termo caboclo, tal como entendido por Arlene Renk (S.l. p.01), significa uma categoria construída pela oposição entre grupos étnicos imigrantes europeus - colonos de origem, e “[...] os nativos, desclassificados como **caboclos[brasileiros]**. “À medida em que o caboclo se apresenta como diferente dos colonizadores, utiliza sua precedência no solo. ‘O caboclo é o segundo brasileiro. O primeiro é o índio’. ‘Ele não tem origem, como os italianos e os alemães. Ele é brasileiro. É do Brasil’” (SAVOLDI e RENK, 2008, p. 13).

<sup>4</sup> Para Chayanov (1974), o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção/consumo/bem estar/trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos contextos.

ocorreu com base na introdução do cultivo florestal de espécies exóticas – especialmente pinus – e também pela instalação de diversas mineradoras, principalmente para a produção de cimento.

Além disso, é relevante destacar que os três municípios mais próximos à capital do Paraná, Curitiba, quais sejam: Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, têm abastecido a cidade de Curitiba diariamente com mão-de-obra pouco especializada, servindo como municípios “dormitórios” de milhares de trabalhadores urbanos, os quais migram todos os dias para trabalhar na cidade de Curitiba.

Para o Deser (2008) e Bianchini (2010), essa perspectiva hegemônica de desenvolvimento adotada no Vale do Ribeira Paraná tem se mostrado equivocada. O território apresenta um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná e do Brasil - a média dos sete municípios do território é de 0.682, enquanto no país é de 0.772 e no estado 0.787 (IPARDES, 2007). No entanto, desde os anos 1990 algumas modificações começaram a ser observadas nesse território, na busca por alternativas de produção, de comercialização e de desenvolvimento rural.

A partir de meados dos anos 2000, a fragilidade socioeconômica fez com que o Vale se tornasse objeto de diversos Projetos de Desenvolvimento Territorial, sendo classificado como um dos oito “Territórios de Cidadania<sup>5</sup>” do Paraná, passando a receber estímulos públicos específicos, a partir da execução de projetos e programas especificamente elaborados e ‘adaptados’ às condições regionais.

Esse artigo segue na esteira de outros elaborados pela autora (CORADIN, 2012, 2014), e tem como objetivo avançar na compreensão teórico-empírica de alternativas emergentes de agricultura, ruralidades, territorialidades e sociabilidades de desenvolvimento no Vale do Ribeira.

## 2. MÉTODO

Esta pesquisa tem cunho qualitativo e foi realizada através pesquisa bibliográfica, observações de campo e entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2013, 2015 e 2016.

Priorizou-se a associação dessas três ferramentas metodológicas com vistas à triangulação de informações a fim de possibilitar a construção de análises sociais complexas dos fenômenos observados, tal como sugere (CELLARD, 2012).

A pesquisa bibliográfica compreende, segundo Stumpf (2009, p. 51), o “conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado [...] para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico”.

Na mesma perspectiva, Duarte (2009) e Yin (2010) mencionam que a análise de uma experiência, um caso, deve reunir informações numerosas e detalhadas, que permitam apreender a totalidade de uma situação e, para tal, sugerem o uso de

---

<sup>5</sup> Criado em 2008, o programa foi uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões mais pobres do país. A base do programa era a integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em planos desenvolvidos nos territórios, com o protagonismo da sociedade. Cada território tinha seu Colegiado Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade, que se reunia em assembleias abertas à participação dos interessados e determinava um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações para todo o ano. Os territórios foram definidos de acordo com as características econômicas e ambientais de cada região, formando conjuntos de municípios com identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios demonstravam de forma mais nítida as condições de vida dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilitava o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões (PERSEU ABRAMO, 2018).

técnicas de coleta de informações variadas como observações, entrevistas, documentos, dados quantitativos, entre outros.

As entrevistas e a pesquisa participante, por sua vez, permitem a “[...] inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada.” (PERRUZO, 2009, p. 125). Para Poupard (2012, p. 216-217) a entrevista seria indispensável “[...] como instrumento que permite elucidar suas condutas na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações.

Em 2013 foram realizadas observações de campo na Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) Córrego das Moças e na cidade de Adrianópolis, com agentes de assistência técnica e extensão rural, com objetivo de compreender o processo desses atores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em 2013 foram realizadas observações de campo e 27 entrevistas qualitativas semiestruturadas na CRQ Córrego das Moças – Município de Adrianópolis, das quais, duas realizadas com mediadores de organizações quilombolas territoriais e regionais, sete com mediadores locais de órgãos de assistência técnica e extensão rural, e dezoito com agricultores quilombolas (homens, mulheres e jovens), com o objetivo de compreender o processo de inclusão dos quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Durante 2015 e início de 2016, através do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável – Secretaria de Desenvolvimento Territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário, a primeira autora, como assessora técnica e pesquisadora participante, realizou novas incursões mensais a campo abrangendo o conjunto dos sete municípios do Vale do Ribeira Paraná, tendo visitado comunidades camponesas e quilombolas, participado de reuniões de planejamento e execução de políticas e programas territoriais.

No ano de 2015 procedeu-se a técnica de grupo focal com cinco agricultores - mediadores ecológicos territoriais - que vivem em Cerro Azul e atuam no território do Vale. O objetivo foi compreender as relações entre a formação da Rede Ecovida, o circuito de trocas ecológicas e a participação desses atores em mercados institucionais, feiras livres e na criação de novos mercados ecológicos.

Essas opções metodológicas possibilitaram aos autores realizar aproximação entre entrevista e observação, valendo-os do papel de mediadores dos diálogos estabelecidos entre os entrevistados. Gondim (2002) destaca que os sujeitos participantes da pesquisa encontram no Grupo Focal liberdade de expressão, que é favorecida pelo ambiente, levando a uma participação efetiva.

### **3. DINÂMICAS DAS FEIRAS LIVRES E O INÍCIO DAS TRANSIÇÕES AGROECOLÓGICAS**

Situado no leste do Estado do Paraná, o Vale do Ribeira ocupa 21,5% de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, sendo composto por sete municípios (Doutor Ulisses, Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Itaperçu, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis). A figura abaixo mostra a localização desse território:



Para Gliessman (2000, p. 52) a conversão agroecológica é compreendida como qualificação e ampliação da sustentabilidade, no sentido em que potencializa “[...] a condição de ser capaz de colher biomassa [...], porque sua capacidade de se renovar ou ser renovada não é comprometida”.

Os processos de ecologização do Vale do Ribeira foram parcialmente estudados por Bradenburg e Ferreira (2012) e Padilha e Brandenburg (2012). Estes autores demonstraram que nos anos 1990 os camponeses então vinculados à Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) e à Rede Ecovida<sup>6</sup>, optaram pela venda de seus produtos ecológicos a grandes redes de comercialização varejista em Curitiba. No entanto, essa alternativa se mostrou inviável ao longo do tempo, estimulando-os a buscar novas soluções.

Tal como apontado por Brandenburg e Ferreira (2012), a comercialização tem sido um dos principais limitantes dos processos de conversão agroecológica dos agricultores familiares<sup>7</sup>. Nos anos 1990 observaram-se retrocessos, tendo em vista que alguns agricultores desistiram do processo de conversão agroecológica. Outros, por sua vez, buscaram constituir novos mercados varejistas em Curitiba. Frente a tais adversidades, a opção coletiva adotada por esses camponeses e agricultores familiares foi buscar formas alternativas de comercialização direta, se integrando às primeiras feiras ecológicas de Curitiba. (PADILHA; BRANDENBURG, 2012; BRANDENBURG; FERREIRA 2012).

Os esforços desses atores refletem perspectivas de construção social de mercados, entendidos como processos portadores de estratégias econômicas que são mediadas por relações sociais, subjetividades e culturas, e [...] “adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte [...]” (Maluf e Wilkinson, 1999, apud Maluf, 2004, p. 06), as quais podem ser entendidas como a criação de circuitos curtos e regionais de comercialização, correspondendo, dessa forma, às novas demandas urbanas em expansão. Segundo Maluf (2004, p. 7-8):

Os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos formam-se no âmbito das regiões no interior do país ou no entorno dos núcleos urbanos de pequena e média dimensão. Além dos produtores agrícolas, estes circuitos são integrados por cooperativas ou associações de pequenos agricultores constituídas para beneficiar ou processar as matérias-primas agrícolas, e por empreendimentos urbanos industriais e comerciais, também de pequeno porte, ligados à transformação, distribuição e consumo de produtos alimentares. [...] Nos circuitos regionais está incluída, ainda, a venda direta aos consumidores realizadas pelos próprios agricultores. Apesar do critério para delimitar os circuitos regionais ser, em primeira instância, geográfico pois ele se baseia na proximidade física entre os agentes, o desenvolvimento de tais circuitos é uma resultante de processos socioespaciais (MALUF, 2004, p. 6-7).

<sup>6</sup> Rede Ecovida é uma organização social de certificação ecológica participativa que, desde os anos de 1990 vem sendo construída no sul do Brasil por agricultores familiares. Se constitui como uma Rede de Certificação e, ao mesmo tempo com uma organização social que, através de metodologias participativas, possibilita trocas de experiências, solidariedade, cooperação.

<sup>7</sup> Agricultura familiar aqui é compreendida como uma categoria política, que guarda traços de permanências e transformações, desde uma gênese que se situa nas formações sociais dos campesinatos heterogêneos brasileiros (WANDERLEY, 2003; NEVES, 2007). O uso deste termo, sob o aspecto político, pode ser justificado, por tornar categorias sociais de agricultores historicamente subordinados a relações econômicas de exploração e de submissão, como [...] “*sujeitos de direitos consagrados*” [...] (NEVES, 2007, p. 15.) visando à construção de relações sociais que assegurem maior autonomia e liberdade (PLOEG, 2008).

Tal como citado por Maluf (2004), a dimensão socioespacial apresenta significativa relevância na comercialização agroalimentar, envolvendo os processos de constituição e de resignificação dos territórios. O território, tal como definido por Pecqueur (2005, p. 13), possui uma dimensionalidade construtiva, que não se define somente pelas condições ambientais ou produtivas, mas pelas relações sociais dos atores:

[...] nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori.. [...] É necessário, portanto, entender que o território é, ao mesmo tempo, um 'envolvente' ('contenant', o que contém) e o resultado de um processo de elaboração de um conteúdo (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Nesse sentido, compreende-se que as feiras ecológicas de Curitiba, ao se constituírem como processos permanentes de comercialização dos produtos ecológicos do Vale do Ribeira, têm possibilitado recriações de reprodução social de condições camponesas, ao mesmo tempo, favorecido transformações nos arranjos agroalimentares e desse território.

A construção social inerente aos circuitos curtos e regionais de comercialização, ao mesmo tempo em que é mobilizada, mobiliza o território, promovendo nele modificações socioespaciais, ambientais e culturais. De acordo com Maluf (2004, p. 08):

A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Estas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais (MALUF, 2004., p. 8).

Os estudos de Fidelis (2011) ao analisar processos de ecologização de quilombolas do Vale, os estudos de Brandenburg e Ferreira (2012) sobre ecologização em Rio Branco do Sul e os estudos Rodrigues (2013) sobre a Cooperafloresta, corroboram com tal perspectiva. Possibilitam-nos compreender que a alteração dos circuitos de comercialização tem sido acompanhada por transformações dos arranjos agroalimentares e das territorialidades a eles associadas.

Essas evidências foram observadas a campo, através da introdução de práticas sócio-técnicas de base ecológica, tais como recuperação da fertilidade do solo, diversificação produtiva e alimentar, enriquecimento da biodiversidade e conservação dos recursos hídricos. Essas ações constituem a dimensão agrônoma e ecológica de conversão agroecológica, tal como concebidos por (GLIESSMAN, 2000; KHATOUNIAN, 2001).

Além disso, estudos Fidelis (2011), Brandenburg e Ferreira (2012) e Rodrigues (2012) indicam que a transformação de arranjos agroalimentares também tem ocorrido de forma indissociável dos processos de resignificação simbólica da relação desses agricultores com a natureza, consigo mesmos e com o meio.

Brandenburg e Ferreira (2012) argumentam que a transformação desses arranjos agroalimentares tem possibilitado a construção de novas racionalidades ambientais, baseadas na reconstrução de relações simbólicas e materiais, que

reconstruam relações entre humanos e natureza, desconstruindo visões de mundo dicotômicas racionalistas, modernas e instrumentais, que separam humanos da natureza (LEFF, 2014), possibilitando a emergência de racionalidades socioambientais, que reconectam humanos e natureza como co-criadores e mantenedores das ecologias dessas territorialidades situadas.

A ecologização, como construção da racionalidade ambiental tal como compreendida por Leff (2014), representa a transformação não somente das práticas sócio-técnicas, sócio-espaciais e cotidianas e do ambiente biofísico, mas também do conjunto das representações simbólicas envolvidas, transformando ações, subjetividades e identidades dos sujeitos, o que implica em transformações coetâneas das territorialidades co-criadas com esses atores.

#### 4. MERCADOS INSTITUCIONAIS E ECOLOGIZAÇÃO

Já em idos dos anos 2000, principalmente a partir de 2008-2009, para além das feiras livres realizadas na Cidade de Curitiba, os camponeses do Vale começaram a acessar programas públicos de comercialização, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), desencadeando novas atualizações no âmbito das dinâmicas territoriais e de comercialização ecológica do Vale do Ribeira.

Os dados de campo possibilitam traçar análises do detalhamento das experiências de integração à compras institucionais para os municípios de Cerro Azul e de Adrianópolis, sendo que, para os demais municípios, as informações coletadas ao longo de 2015 e 2016, foram de abrangência territorial, envolvendo os sete municípios do Vale do Ribeira.

De forma didática, a experiência de integração desses municípios à mercados agroalimentares ecológicos pode ser compreendida em dois “cinturões verdes” principais. Um primeiro mais afastado da capital Curitiba, que envolve o município de Cerro Azul e Adrianópolis, e em outro, mais próximo da capital, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Tunas e Itaperuçu.

O primeiro cinturão verde é composto predominantemente por camponeses e quilombolas que vivem de atividades agrícolas, pecuária, produção de leite, olerícolas e agricultura de subsistência diversificada. O segundo, por sua vez, abriga municípios considerados ‘dormitórios’ de trabalhadores assalariados urbanos, que migram todos os dias para trabalhar na cidade de Curitiba. Nesses municípios ainda há uma parcela minoritária de habitantes que são camponeses e agricultores familiares.

No que diz respeito ao cinturão Cerro Azul – Adrianópolis, a Associação Sertaneja representa uma experiência pioneira de inserção em mercados institucionais no Vale. Ela está localizada no município de Cerro Azul, fundada em 1998, sendo constituída por 32 famílias certificadas como orgânicas. Desde 2002 essas famílias comercializam nas feiras ecológicas de Curitiba. Em 2004 se inseriram nos mercados institucionais, operacionalizando um projeto de PAA.

Antes de ingressar no PAA, os cultivos agrícolas ecológicos dos camponeses vinculados à Associação Sertaneja basicamente contemplavam *ponkan*, laranja, mandioca e feijão. A partir desse projeto de PAA, houve ampliação e diversificação produtiva, de modo que as famílias começaram a produzir também milho verde, batata doce, abóbora e pepino.

Em 2005 os agricultores vinculados à Associação Sertaneja e à Cooperativa de Agricultores Familiares de Cerro Azul (COOPAFI), operaram um projeto de R\$ 200.000,00, atendendo 80 famílias; nesse interim, as feiras ecológicas de Curitiba continuaram e expandiram-se, com duas novas feiras semanais. Também em 2010,

08 famílias se filiaram à AOPA, e começaram a operar o PNAE, processo que envolveu famílias certificadas como ecológicas ou em processo de certificação.

Nesse período os camponeses que participaram desses projetos relataram que houve incentivo à diversificação da produção, segundo eles havia garantia de preço e comercialização. Aumentou-se a produção de hortaliças, mandioca e frutas (uva, pêssego, caqui, banana, além da *ponkan* e laranja).

Em Adrianópolis, a partir do ano de 2009, cinco das sete CRQ desse município começaram acessar o PAA na modalidade compra direta com doação simultânea. Em 2009, foram 20 famílias, através da Coopafi, integrando o cinturão Cerro Azul-Adrianópolis; em 2010, 58 famílias, pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras (vigente 2010/2011). No final do ano de 2012 (vigência 2012/2013), foi aprovado outro projeto para 124 famílias, sendo 59 quilombolas, com total de 180.000 Kg de alimentos, entre as quais verduras, frutas e legumes comercializados semanalmente para escolas de Adrianópolis.

Para esse município, também se observou ampliação da diversificação produtiva, com a introdução de olerícolas aos sistemas tradicionais de agricultura quilombola, baseados no cultivo de roçado (milho, feijão e mandioca).

Através das entrevistas realizadas em 2013, constatou-se que por meio do PAA essas famílias começaram a desenvolver práticas socio-técnicas ecológicas modernas<sup>8</sup> em associação à agricultura tradicional camponesa. A campo as famílias destacaram melhoria na diversidade e qualidade da alimentação familiar, e ampliação da geração de renda familiar, principalmente para mulheres e jovens quilombolas, o que segundo elas, contribuiu para positividade de suas identidades quilombolas como “trabalhadores” (CORADIN, 2014).

Com relação ao PNAE, a inclusão desses grupos remanescentes de quilombos iniciou em 2012, através da construção do circuito de trocas do Vale do Ribeira, escoando principalmente banana ecológica por meio da AOPA. A partir de 2013, o PAA foi interrompido mantendo-se somente as entregas do PNAE. Essa interrupção do PAA gerou redução da diversidade de produtos produzidos, situação que começa a se alterar somente a partir 2015.

No outro cinturão do território, Rio Branco do sul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul e Tunas, também houve integração ao PAA e PNAE no mesmo período (2008-2010), tanto em nível municipal, quanto em nível territorial e estadual. Em Rio Branco do Sul e Itaperuçu foram cerca 300 famílias de agricultores beneficiadas em 2012, através da Associação do Conselho Agrícola de Rio Branco do Sul (ACARS) e da Associação de Produtores na Agricultura Familiar de Itaperuçu (APRAFI).

Nesse período (2008-2010), houve a criação do circuito de trocas do Vale do Ribeira. Coordenado pela AOPA (integrante da Rede Ecovida), esse circuito possibilitou a criação de uma dinâmica agroalimentar ecológica territorial, que colocou em conexão diversos grupos ecológicos certificados do Vale com os mercados institucionais territoriais e de Curitiba, e também com as feiras ecológicas dessa cidade, como forma de otimizar logísticas dentro do Vale e com Curitiba.

A criação desse circuito de trocas do Vale possibilitou otimizar usos de infraestruturas materiais e também a ampliação de fluxos de interações sociais e coletivas entre esses atores locais, fortalecendo laços sociais de solidariedades camponesas, entendidas como capacidade de ajuda mútua e de reciprocidade, tal como abordadas por Sauborin (2009). Essas solidariedades camponesas, segundo os mediadores territoriais tem sido fundamental para a ampliação do número de famílias camponesas certificadas nesse território.

---

<sup>8</sup> Compostagem, cobertura morta, rotação de cultivos, adubações verdes, conservação e multiplicação de sementes crioulas e sistemas agroflorestais subtropicais.

Esse processo possibilitou a ampliação do número de famílias certificadas orgânicas, passando de 32 em 1990 para 245 em 2015. Dessa forma, analisa-se que a inclusão desses camponeses e agricultores familiares aos mercados institucionais, impulsionada pelo protagonismo territorial das organizações de agricultura familiar e camponesa foi fundamental para a promoção de novas e melhores condições de reprodução social camponeses, bem como transformações territoriais.

Entretanto, em 2012 esse processo sofreu um refluxo, pelo fato de que nesse ano houve um processo de fiscalização da CONAB, que bloqueou o pagamento dos agricultores, iniciando uma crise nesse setor agroalimentar, não somente do Vale do Ribeira, mas em todo o Estado do Paraná<sup>9</sup>.

Com a crise desencadeada pela interrupção do PAA os agricultores associados à AOPA e Rede Ecovida procuraram se organizar e acessar outros mercados. Para fazer frente a essa crise, todos os conhecimentos, habilidades e competências de comércio e de gestão adquiridas no período anterior, bem como as infraestruturas logísticas adquiridas foram fundamentais para reforçar o caráter sócio-construtivo desses mercados, tal como abordado por Maluf (2004).

A partir desse contexto, novas formas de comercialização também começaram a ser criadas, tais como: pequenas feiras livres locais nos municípios do Vale, e entrega de cestas de produtos ecológicos em domicílios em Curitiba, a exemplo dos agricultores camponeses associados à AOPA e à Associação Sertaneja de Cerro Azul e de Bocaiúva do Sul.

No que diz respeito ao PNAE, os anos 2013 e 2014 foram períodos de reajuste e reorganização dos grupos participantes. O PNAE, via AOPA, comercializou em 2011 para 64 escolas estaduais em Pinhais. Em 2012, 164 escolas, e em 2015, são 280 escolas estaduais, abrangendo tanto a capital Curitiba quanto os municípios do primeiro (fronteiriços a Curitiba) quanto do segundo (próximos de Curitiba) “cinturão verde” de Curitiba.

Outrossim, observações de campo indicam que para aqueles agricultores menos capitalizados e distantes da cidade de Curitiba, que estavam integrados somente aos mercados institucionais, principalmente ao PAA, como famílias e mulheres quilombolas de Adrianópolis, algumas deixaram de produzir quando houve a interrupção desses projetos, não conseguindo atingir outros canais de comercialização de imediato, sendo que algumas famílias abandonaram a produção ecológica e voltaram para antigas ocupações domésticas ou pluriativas.

Por fim, fica evidenciado que os mercados institucionais (principalmente o PAA), vinham contribuindo de forma significativa para a promoção de condições de reprodução socioambiental em perspectiva ampliada e includentes.

## **5. REDES, CAPITAIS SOCIAIS E GOVERNANÇA TERRITORIAL NA ECOLOGIZAÇÃO**

Para tornar possível a abertura, manutenção e ampliação das feiras ecológicas, bem como a operacionalização dos Programas Institucionais de Compras emergiu no Vale a necessidade do fortalecimento de uma governança territorial:

[...] afirma-se que esta resulta de relações de poder que se efetivam pela atuação dos diversos atores/agentes nas diferentes redes de poder socioterritoriais, reafirmando a necessidade de emergência e constituição de um novo bloco

---

<sup>9</sup> Várias Cooperativas e Associações de Agricultores Familiares do Estado do Paraná entraram em falência, muitos agricultores se endividaram e alguns desistiram da atividade produtiva.

histórico local, que prefere chamar bloco socioterritorial, capaz de definir os novos rumos para o desenvolvimento do território ou região, como condição para a implementação de novas práticas, preferentemente mais democrático-participativas (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 74-74).

Os autores Dallabrida e Becker (2003, p. 75), com base em Boisier (1998), mencionam dois requisitos básicos para que se possa efetivar o que eles denominam de “[...] ‘intervenções territoriais inteligentes’ com possibilidade de êxito [...]”, são elas: “[...] a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional”.

As intervenções territoriais dependem das condições locais e da formação de capitais sociais, sendo estes:

[...] um conjunto de elementos que fazem parte da estrutura social e da cultura, como as normas de reciprocidade, os padrões de associativismo, os hábitos de confiança e cooperação entre as pessoas, as relações que ligam segmentos variados da sociedade. Em sentido mais restrito pode-se entender capital social como a “[...] habilidade de criar e sustentar associações voluntárias’ (PUTNAM, 2000, p. 177).

A presença de capital social torna possível atingir os objetivos almejados pelos atores locais, superando a condição de território-palco para território-ator (DALLABRIDA e BECKER, 2003) ou território socialmente construído (PECQUEUR, 2005).

No Vale, o processo de governança territorial se constituiu durante os anos 2000 com dois blocos de atores principais, por um lado os poderes públicos municipais, estaduais e federais, vinculados a Programas, recursos financeiros e Projetos de Desenvolvimento Territorial, e por outro, com organizações da sociedade civil, representadas principalmente por Redes, Cooperativas, Associações de agricultores familiares, camponeses e de Remanescentes de Quilombos.

Dentre as organizações da sociedade civil, destaca-se a presença da Rede Ecovida como a principal certificadora e mobilizadora dos processos de ecologização da agricultura do Vale, o que pode ser descrito nos estudos de Brandenburg e Ferreira (2012), Rodrigues (2013) e Coradin (2014), respaldadas pelas observações em campo desta pesquisa.

Nesse bloco, merece destaque o Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale como ator chave no processo de governança territorial. Nesse espaço esses diversos atores territoriais puderam participar, disputar e construir estratégias dirigidas à promoção do Desenvolvimento Territorial.

Esse espaço de discussão foi constituído no ano 2002 e assumido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PTDRS, 2011). Conforme Delgado, Bonnal e Leite (2007) esses espaços não são neutros, mais sim permeados por relações de poder, em que agrupamentos políticos, agentes individuais e/ou coletivos disputam capitais, projetos e propostas políticas entre si<sup>10</sup>.

De acordo com levantamento de dados realizado em 2015, pode-se constatar que dois projetos de PROINF operados no Vale tiveram recorte específico direcionado à estruturação da comercialização ecológica, com enfoque na infraestrutura logística

---

<sup>10</sup> O principal meio de acesso a recursos financeiros era proveniente do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

para estruturação de circuito de trocas do Vale, representando cerca de 30% do total de recursos destinados pelo governo Federal ao PROINF.

Compreende-se que esse espaço de governança territorial, assumido como espaço de fomento de projetos associados aos programas institucionais de comercialização (PAA e PNAE), foi fundamental para possibilitar a criação e ampliação do circuito ecológico de trocas do Vale do Ribeira Paraná, fortalecendo a ecologização e a diversificação agroalimentar territorial, em conexão com a Capital Curitiba.

No entanto, as últimas observações a campo realizadas mostraram fragilidades e baixa capacidade, tanto do poder público quanto das organizações de agricultura familiar atuantes no território, principalmente a Rede Ecovida, AOPA e Cresol, em dar sequência ao processo de dinamização do território.

A partir de 2016 constatou-se que as práticas de governança territorial fragilizaram-se em decorrência do encerramento do Programa Territórios da Cidadania e do Fórum de Desenvolvimento Territorial. Isso gerou um vazio institucional territorial e ao mesmo tempo uma fragmentação das ações territoriais. O processo de governança territorial deixou de ser realizado pela associação dos blocos de atores públicos e da sociedade civil no espaço do Fórum, para acontecer de forma fragmentada, de acordo com relações de proximidade de objetivos entre os atores locais, sejam eles públicos ou da sociedade civil.

As informações coletadas em campo indicam que até 2016 o processo de governança ainda guardava uma condição pública-funcional, caracterizando-se como território palco (Dallabrida; Becker, 2003), ainda centralmente voltada à aquisição e gestão de recursos públicos pelo conjunto dos atores territoriais.

Associado a isso, com a crise dos mercados institucionais, principalmente do PAA, percebeu-se redução da participação e capacidade de geração de renda, principalmente para aquelas categorias sociais menos capitalizadas, com recorte racial (negros), de gênero (mulheres) e geracional (jovens). São principalmente essas categorias sociais que têm tido as maiores dificuldades para conseguir criar e gerenciar a construção de novos mercados, tais como feiras livres, sacolas, entre outros, a fim de se manter na atividade produtiva.

Ao mesmo tempo, observou-se que para as famílias mais capitalizadas, principalmente neo-rurais<sup>11</sup>, que vivem no cinturão mais próximo da capital Curitiba, cujo perfil predominante detém mais capital social (PUTNAN, 2000), melhores infraestruturas, ensino superior, habilidades de comunicação e recursos logísticos são mais exitosos no acesso a novos mercados de contato face a face.

Nota-se também que as ações de governança, antes engajadas na criação de novos canais de comercialização deixou de ter centralidade em agências e recursos governamentais, com participação da sociedade civil,<sup>12</sup> para re-centrar-se nas agências coletivas dos atores da agricultura familiar e camponesa, principalmente concretizadas por meio de neo rurais, inseridos em redes de agroecologia e agricultura familiar (AOPA, ECOVIDA).

No entanto, a campo percebe-se que esse movimento de reconstrução de uma possível governança territorial até o presente momento não tem assegurando ampla re-inclusão de camponeses menos capitalizados, mulheres e jovens quilombolas à esses novos mercados ecológicos.

---

<sup>11</sup>Os referimos a aquellas personas que, habiendo vivido en zonas urbanas, Neo rurais se definen como aquellas familias que " [...] deciden fijar su residencia y actividad laboral en un entorno rural. Lo esencial es que desean vivir en el medio rural, y asociado a ello pretenden dar un cambio importante a sus vidas. Contemplan lo rural como alternativa a la vida urbana". (IBARGÜEN RIPOLLÉS et al., 2004, p. 5)

<sup>12</sup> Com centralidade à ação governamental.

## 6. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO EM CONSTRUÇÃO

Tal como referido no início desse texto, o Vale do Ribeira tem sido representado historicamente como um território que ficou alheio aos principais ciclos de acumulação de capital do Estado do Paraná (BIANCHINI, 2010). Ao mesmo tempo é o território do Estado do Paraná com o maior número de comunidades negras certificadas e reconhecidas (GTCM, 2006).

O modelo de desenvolvimento adotado no Vale participa de uma perspectiva de acumulação neoxtrativista hegemônica, que atualiza e intensifica ações extrativistas de economias, um estilo de acumulação primitiva, que se atualiza e se intensifica nos atuais contextos de crise contemporânea de acumulação global de capital (BRANDÃO, 2010).

Esse modelo de acumulação tem aprofundado riscos, incertezas, injustiças e conflitos socioambientais no Brasil, colocando os conflitos socioambientais pela apropriação de recursos na centralidade das ações dos atores. Que colocam por um lado populações tradicionais, camponesas, e por outro, como geradores desses conflitos, o próprio Estado, investidores, empresas mineradoras, especulação imobiliária, entre outros (ACSELRAD, 2009; PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

A associação entre programas públicos, agentes do poder público e atores da sociedade civil engajados em uma governança compartilhada, focados na reconstrução agroalimentar ecológica do Vale, embora insuficiente, se mostrou uma alternativa viável para aquele contexto, capaz de mobilizar a construção de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, que “[...] designa todo processo de mobilização dos atores que eleva à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12).

No entanto, no atual contexto essa estratégia está em inflexão, o que incita à busca pela construção de novas reflexões. Para isso a aproximação e o diálogo conceitual entre teorias decoloniais e de desenvolvimento territorial pode possibilitar a refletir hoje como construir o território do Vale desde emergências materiais e simbólicas positivadas dos atores locais.

Dessa forma, se trata de recriar, a partir das dinâmicas desses indivíduos e coletividades processos de construção territorial, como produções ontológicas de sujeitos e de identidades culturais, como reconstruções ecológicas dessas territorialidades (LEFF, 2014, ESCOBAR, 2014).

E a partir dessas reconstruções ontológicas, construir cognição e tradução de ativos humanos e não-humanos territoriais (PECQUEUR, 2005), que favoreçam novas reconstruções territoriais positivadas. Nas palavras desse autor:

Trata-se de transformar recursos em ativos, através de um processo de mobilização e arranjos dos atores, freqüentemente em torno de um problema inédito. A própria formulação do problema e a procura da sua solução são marcadas por ensaios e iterações sucessivas, entre erros e sucessos. Permitem fazer emergir e mobilizar novas capacidades, de fato, revelar “recursos escondidos” (PECQUEUR, 2005, p. 10).

Em que pese a capacidade de sustentação das políticas públicas à promoção de uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável<sup>13</sup>, visto desde olhares decoloniais, esse processo não é e não pode se limitar a ser uma criação de políticas públicas, mas antes como um processo político-ontológico de humanização, emergente a partir de construções ontológicas dos atores territoriais que vivenciam cotidianamente os conflitos com a colonialidade do poder, de gênero e da natureza (ESCOBAR, 2014; LUGONES, 2004; LEFF, 2014).

Quijano (2014) esclarece que a colonialidade do poder se baseia no domínio do trabalho, das subjetividades e das identidades, cujos padrões são distribuídos globalmente e controlados desde os países do norte, centralmente Europa e Estados Unidos. A colonialidade do poder se constitui e se mantém com base na dominação racial. Essa subalternização racial atua como produtora de desumanidades.

Leff (2014) argumenta que esse processo só pode se dar em conjunto com a construção de lógicas ecologizadas, as quais, ao mesmo tempo em que desconstruem racionalidades dicotômicas entre humanos e natureza, mobilizam a natureza na construção ontológico-política de novas identidades e territorialidades.

Lugones (2004) torna complexa essa noção, introduzindo o conceito de colonialidade de Gênero. Segundo ela:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (LUGONES, 2014. p. 935).

Gênero, dessa forma, é constituído e constitui a colonialidade do poder, tal como constrói e é construído por raça. Visualizar e compreender essa intersecção demanda, por um lado, entender quais são as relações constitutivas da produção desigualdades de gênero em contextos coloniais, e por outro lado, colocá-las em relação com a produção da ideia de raça (LUGONES 2004).

Lugones (2014) destaca a hierarquia dicotômica entre humano e não humano como a dicotomia central da modernidade. A essa dicotomia, acompanha a reprodução moderna da dicotomia hierarquizante entre humanos/natureza e homens/mulheres.

Ao retomar o olhar para o Vale, através dessas lentes decoloniais, esclarece-se porque ainda hoje o Vale é representado como um território de atraso, e todas as dificuldades enfrentadas na sua superação como território-palco, bem como passa a ser sobre esses sujeitos a recaírem as principais consequências das falências de políticas públicas inclusivas.

Esses dados corroboram com Porto, Pacheco e Leroy (2013), ao identificarem que são as populações tradicionais, mulheres e jovens, populações mais impactadas como conflitos e injustiças socioambientais no Brasil.

No Vale nota-se que é principalmente sobre as mulheres quilombolas que as consequências desse modelo neoextrativista têm incidido, através da falta de alternativas de geração de renda e de autonomia econômica feminina, sobre jovens

<sup>13</sup> Ao ecologizar-se através da ecologização das redes agroalimentares, essa perspectiva de desenvolvimento territorial, se vincula à concepção de ecodesenvolvimento tal como conceituada por Sachs (2009), se constituindo como uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável.

negros e camponeses menos capitalizados. E que, no entanto, são esses mesmos sujeitos principalmente a sustentar experiências alternativas e ecológicas como alternativa de vida para si, suas famílias e comunidades.

Dessa forma, compreende-se que o diálogo entre a abordagem decolonial e a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, se torna relevante à desconstrução de abordagens científicas e políticas estrutural-funcionalistas e universalistas, para abrir caminho a reconstruções territoriais ecológicas complexas, baseada em uma interculturalidade crítica (WALSH, 2009).

Catherine Walsh (2009) ao analisar processos de desenvolvimento na América Latina, faz uma crítica à interculturalidade funcional, apontando para a necessidade de construção de uma interculturalidade crítica, nutrida pela centralidade da agência dos atores, através de uma pedagogia crítica e intercultural. Segundo ela:

Mientras que la interculturalidad funcional asume la diversidad cultural como eje central, apuntalando su reconocimiento e inclusión dentro de la sociedad y el Estado nacionales (uni-nacionales por práctica y concepción) y dejando fuera los dispositivos y patrones de poder institucional-estructural -las que mantienen la desigualdad-, la interculturalidad crítica parte del problema del poder, su patrón de racialización y la diferencia que ha sido construida en función de ello. El interculturalismo funcional responde a y parte de los intereses y necesidades de las instituciones sociales dominantes; la interculturalidad crítica, en cambio, es una construcción de y desde la gente que ha sufrido un histórico sometimiento y subalternización. (WALSH, 2009. p. 12).

Essa perspectiva intercultural crítica sustenta a argumentação de que, ao invés de buscar-se ativos territoriais com vistas à promoção de uma interculturalidade ecológica funcional, esse processo precisa se recriar, internalizando a interseção raça, gênero e natureza, como processos dialógicos de promoção de novos ativos e novas ações de governança territorial.

Visto desde bases interculturais críticas, a valorização dos recursos territoriais e do capital social se dão em associação à positividade ontológica étnico-racial, de gênero e da natureza. Dessa forma, capacidades socioculturais colaborativas entre humanos são chamadas em relações de diálogo de saberes (LEFF, 2014) à recriação desses universos territoriais, em colaboração entre si e com a emergência e criação de capacidades e potencialidades de não-humanos, favorecendo emergências ecológicas territoriais democráticas e interculturais.

Esse processo implica o reconhecimento e a internalização dessa lógica ontológica de construção territorial tanto pelos poderes e atores públicos, quanto à necessária internalização dessa perspectiva ontológica intercultural crítica às lógicas reprodutivas das organizações e redes de agricultura familiar, camponesa e ecológicas atuantes no território.

Uma perspectiva de ação decolonial (ESCOBAR, 2014) de desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005; SACHS, 2008), dessa forma, se apoia na interculturalidade crítica (WALSH, 2009), entende diferenças e desigualdades sociais e desconstrói dicotomias entre humanos e natureza (LEFF, 2014).

Além disso, se apoia em solidariedades camponesas (SABORIN, 2009) e campo-cidade, inter-raciais e femininas (LUGONES, 2014). Essa perspectiva adota um caminho endógeno intercultural, de forma a promover a emergência, positividade e potencialização, ao mesmo tempo, das capacidades e identidades dos atores e ecologias dessas territorialidades.

Dessa forma, por fim, reforça-se a necessidade de continuidade de produção reflexões teórico-conceituais sobre a construção de perspectivas interseccionais e interculturais críticas de promoção de desenvolvimento territorial sustentável, como possibilidade e necessidade para se pensar potências positivadas de vida com o Vale do Ribeira.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 1990 identifica-se um processo de ecologização da agricultura camponesa e familiar do Vale do Ribeira. Esses processos têm sido promovidos por redes e organizações sociais diversificadas, as quais têm criado novas perspectivas de comercialização, dentro e para além desse território, atuando na construção de novas dinâmicas de comercialização no Vale do Ribeira.

A construção social dessas novas dinâmicas de comercialização ecológica envolve construções sociais de mercados, como feiras, sacolas e acesso a mercados institucionais, favorecidas pela ação do setor público e sociedade civil.

Esses processos têm indicado caminhos à construção de perspectivas de desenvolvimento territorial sustentáveis, na medida em que tem qualificado condições camponesas dos atores desse território.

No atual contexto sugere-se associar às abordagens teóricas de desenvolvimento territorial abordagens decoloniais, como forma de visualizar construções raciais e de gênero como categorias produtoras de desigualdades e exclusões territoriais.

Visto desde uma perspectiva decolonial, isso implica reconhecer, valorizar capitais e ativos ecológicos interculturais presentes nesse território, associadas às solidariedades territoriais, como recursos/ativos e caminhos para construção de desenvolvimento territorial sustentável.

## 8. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D.D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2012.
- BRANDÃO, C.R. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In: ALMEIDA, A.W.B. et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.39-69.
- CARRIL, L.F. **Terras de negros no Vale do Ribeira**. 1995. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de São Paulo, 1995.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CORADIN, C. **Racionalidades tecnoburocráticas e quilombolas**: integração da comunidade córrego das moças ao PAA. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

CORADIN, C. Dinâmicas de gestão territorial e suas interfaces com o Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) no Vale do Ribeira Paraná. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7., 2016, Natal, RN. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

DALLABRIDA, R.V., BECKER, F.D. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.1, n. 2, jul./dez. 2003.

DELGADO, N.G.; BONNAL, P.; LEITE, S.P. **Desenvolvimento territorial**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.

DESER. **Validação de tecnologias e processos alternativos de gestão da sustentabilidade do desenvolvimento em ambiente temático multicomplexo**: pobreza, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais. Curitiba: DESER, 2008.

DUARTE, M.Y.M. Estudo de caso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.215-35.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FIDELIS, L.M. Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia. **Cadernos CERU**, São Paulo, v.22, n.1, p. 57-72, jun. 2011.

GATTI, B.A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GTCM. **Relatório do grupo de trabalho Clovis Moura**: 2005-2010. Curitiba, 2010.

IBARGÜES, R. **Neorurales**: Dificultades durante el proceso de asentamiento en el medio rural Aragonés. Una visión a través de sus experiencias. Informes 2004-3. 2004. p.1-56.

LEFF, E. **La apuesta por la vida**: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios del sur. São Paulo: Vozes, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá/Colômbia, n.9, p.73-101, jul./dez. 2008.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, 2004.

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B.M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.211-270.

PADILHA, D.; BRANDENBURG, A. Mercados, atores e a construção da racionalidade ambiental em Rio Branco do Sul, PR. In: **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2012.

PECQUER, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.24, n.1-2, p.10-22, jan./dez. 2005.

PLOEG, J.D.V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

QUIJANO, A. ¿Bien vivir? Entre el «desarrollo» y la descolonialidad del poder. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, A.S. **Reciprocidade, solidariedade e reconstrução da identidade camponesa: estratégias de reprodução social dos agricultores familiares da cooperafloresta**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

SABORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

STUMPF, I.R.C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.51-83.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento de métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.42-61, out. 2003.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: CANDAU, V.M. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.